

# Ellsworth Huntington: considerações sobre a correspondência referente ao mapa de “distribuição da civilização” da obra *Civilization and climate*

Fernando José Coscioni

Universidade de São Paulo

p. 51-68

revista

Geo   
USP  
espaço e tempo

Volume 24 • nº 1 (2020)

ISSN 2179-0892

## Como citar este artigo:

COSCIONI, F. J. Ellsworth Huntington: considerações sobre a correspondência referente ao mapa de “distribuição da civilização” da obra *Civilization and climate*. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 24, n. 1, p. 51-68, abr. 2020, ISSN 2179-0892.

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/162309>. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2020.162309>.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 Licence

# Ellsworth Huntington: considerações sobre a correspondência referente ao mapa de “distribuição da civilização” da obra *Civilization and climate*<sup>1</sup>

---

## Resumo

O esforço intelectual de Ellsworth Huntington (1876-1947), autor que sofreu significativa influência do darwinismo social, foi decisivo para fortalecer a Geografia Humana estadunidense no início do século XX. O artigo procura contribuir para a compreensão de um importante episódio ocorrido durante o período de expansão da Geografia universitária nos EUA, que foi a elaboração, com base nas respostas a uma carta com um questionário que o geógrafo enviara a centenas de intelectuais, de um mapa de “distribuição da civilização” que hierarquizava as regiões do mundo numa escala de 0 a 10. O mapa foi publicado em *Civilization and climate*, que teve sua primeira edição em 1915 e uma terceira, estendida, em 1924. A obra é uma das primeiras tentativas mais sistemáticas de discutir uma epistemologia geográfica específica e elaborar uma teoria geográfica da história que foram produzidas nos EUA, fato que lhe confere importância singular na história da Geografia. Analisando as reações à carta de Huntington, o artigo discute aspectos da disputa intelectual entre as abordagens mais naturalistas, influenciadas pelo léxico darwinista, e as mais culturalistas, que emergiram nas humanidades no mundo de língua inglesa no início do século XX.

**Palavras-chave:** História da Geografia. Darwinismo social. Geografia Humana nos EUA. Ellsworth Huntington.

---

<sup>1</sup> Este artigo contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) (Processo n. 2016/18128-1) em convênio com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

## Ellsworth Huntington: considerations on the letters of the “distribution of civilization” map of *Civilization and Climate*

---

### Abstract

Coming from an author who was significantly influenced by Social Darwinism, Ellsworth Huntington's (1876-1947) intellectual efforts played a decisive role in strengthening American Human Geography in the early twentieth century. The article aims to contribute to the understanding of an important episode that occurred during the expansion period of the academic Geography in the USA. It was the elaboration, based on the responses to a questionnaire letter sent to hundreds of intellectuals, of a map of “distribution of civilization” by Huntington that sought to rank the regions of the world on a scale from 0 to 10. The map was published in one of the chapters of *Civilization and climate*, a book that had its first edition in 1915 and a third extended edition in 1924. That work is one of the first more systematic attempts to discuss a specific geographic epistemology and to elaborate a geographical theory of history that were produced in the USA, which is why it has a unique importance in the history of Geography. The article, by analyzing the reactions to Huntington's letter by his intellectual peers, aims to discuss some aspects of the intellectual dispute between the more naturalistic approaches influenced by the Darwinist lexicon and the more culturalist approaches that emerged in the humanities in the early twentieth century English-speaking-world.

**Keywords:** History of Geography. Social Darwinism. Human Geography in USA. Ellsworth Huntington.

---

## Ellsworth Huntington: consideraciones acerca de la correspondencia para el mapa de “distribución de la civilización” del libro *Civilization and climate*

---

### Resumen

Los esfuerzos intelectuales de Ellsworth Huntington (1876-1947), el autor que fue significativamente influenciado por el Darwinismo Social, desempeñaron un

papel decisivo en el fortalecimiento de la Geografía Humana estadounidense a principios del siglo XX. El artículo busca contribuir a la comprensión de un episodio importante que ocurrió durante el período de expansión de la geografía universitaria en los Estados Unidos, que fue la elaboración, basado en las respuestas a una carta de cuestionario enviada a cientos de intelectuales por el geógrafo, de un mapa de “distribución de la civilización” buscando clasificar las regiones del mundo en una escala del 0 al 10. El mapa fue publicado en uno de los capítulos del libro *Civilization and climate*, que tuvo su primera edición en 1915 y una tercera edición extendida en 1924. Este trabajo es uno de los primeros intentos más sistemáticos de discutir una epistemología geográfica específica y la elaboración de una teoría geográfica de la historia que se produjo en los Estados Unidos, un hecho que le da una importancia muy singular en la historia de la Geografía. El artículo, al analizar las reacciones a la carta de Huntington por parte de sus colegas intelectuales, tiene como objetivo discutir algunos aspectos de la disputa intelectual entre los enfoques más naturalistas influenciados por el léxico darwinista y los enfoques más culturalistas que surgieron en las humanidades en el mundo de habla inglesa a principios de siglo veinte.

**Palabras-clave:** Historia de la Geografía. Darwinismo social. Geografía Humana en los Estados Unidos. Ellsworth Huntington.

---

## Introdução

O período de consolidação institucional da Geografia acadêmica nos EUA se confunde com as décadas em que a obra de Ellsworth Huntington (1876-1947) teve repercussão razoável. Um dos momentos mais importantes da trajetória desse geógrafo foi a publicação de *Civilization and climate*, que teve a sua primeira edição em 1915 e uma edição estendida e definitiva em 1924. Essa obra constitui a primeira tentativa mais acabada do autor de racionalizar uma epistemologia geográfica e formular uma teoria geográfica da história e ocupa um lugar de grande importância em sua trajetória no campo disciplinar.

Em *Civilization and climate*, Huntington elaborou um mapa no qual, a partir de critérios predefinidos, buscou hierarquizar o nível de “civilização” das diversas regiões do mundo. Para isso, ele enviou, em 1913, uma carta com um questionário e uma regionalização do espaço mundial a centenas de intelectuais na qual explicava sua intenção de elaborar um mapa e solicitava que os destinatários classificassem as regiões do mundo numa escala de 0 a 10 a partir de alguns critérios que definiu como relevantes para determinar o nível de “civilização” de qualquer parte do mundo. Alguns desses intelectuais responderam a carta com o questionário preenchido, outros a responderam sem preenchê-lo, contudo, explicaram as razões pelas quais hesitaram em participar do questionário.

A análise das cartas enviadas em resposta ao questionário, consultadas nos Huntington Papers, o arquivo deixado pelo geógrafo, será feita com o objetivo de elucidar a mescla de resistência e aceitação que marcou a recepção da empreitada intelectual de Huntington e o conflito existente nas Ciências Humanas do período entre a abordagem fortemente hierarquizada das regiões do mundo proposta pelo geógrafo, que é uma manifestação típica do Darwinismo Social, e as posturas mais relativistas que não aceitavam a ideia de que se poderiam hierarquizar os povos ou as culturas do mundo.

Da perspectiva metodológica, esse problema da relação entre o Darwinismo Social, o período de institucionalização acadêmica da Geografia Humana estadunidense e um elemento específico da trajetória e da obra de Huntington liga-se à preocupação com a inserção das ideias geográficas em contextos sociais e intelectuais mais amplos que têm marcado a historiografia da disciplina nos últimos aproximadamente 30 anos.<sup>2</sup> A opção de abordar uma disputa intelectual específica revelada na análise de cartas a partir da preocupação mais ampla com a influência de uma corrente intelectual que transcende o campo disciplinar, e que, ao mesmo tempo, foi fundamental para a construção da sua especificidade epistemológica nos EUA, decorre dessa orientação metodológica.

## **A institucionalização da Geografia acadêmica nos EUA**

As últimas décadas do século XIX foram marcadas pelo nascimento dos primeiros contornos da divisão do trabalho intelectual que marcaria a produção de conhecimento ao longo de todo o século XX. A Geografia desse período foi caracterizada pela especificidade de um projeto intelectual que visava integrar aspectos humanos e naturais para a construção de uma ciência da relação homem-meio. Nesse contexto de intensificação da divisão do trabalho intelectual, a abrangência da disciplina, que herdava uma tradição holística e romântica vinda dos trabalhos produzidos por Alexander von Humboldt e Carl Ritter, colocava a sua legitimidade acadêmica em risco. Nas décadas finais do século XIX, a Geografia precisava de uma sistematização teórica que ultrapassasse a mera descrição integrada de elementos humanos e naturais da superfície terrestre e lhe desse legitimidade para se institucionalizar como disciplina autônoma. O recurso às posturas evolucionistas derivadas do amplo leque de apropriações sofridas pela obra de Charles Darwin (1809-1882), que chegaram às Ciências Humanas por meio do Darwinismo Social, foi fundamental para que, nesse período crítico, a Geografia legitimasse sua presença universitária em boa parte do mundo de língua inglesa (Herbst, 1961; Stoddart, 1966, 1981; Peet, 1985; Livingstone, 2008[1992]).

Nos EUA, até as décadas finais do século XIX, a Geografia era estudada por pessoas isoladas, fato que refletia sua falta de institucionalização universitária. Nesse período, a produção de conhecimento geográfico no país esteve bastante ligada às sociedades geográficas amadoras (Schulten, 2001, p. 69), que abrigavam um público muito variado, desde burocratas e políticos até acadêmicos, e à tradição dos *field surveys*, que produziam uma série de informações sobre o oeste estadunidense (Martin, 2005, p. 330). A construção de um campo

<sup>2</sup> Entre os exemplos dessas abordagens mais contextualistas que aqui nos inspiram, merecem destaque os trabalhos de Livingstone (2008[1992]), Capel (2012[1981]) e Berdoulay (2003[1981]).

disciplinar específico nos EUA só começou a ganhar força na década de 1880, quando W. M. Davis (1850-1934), um geólogo de formação que foi decisivo para o fortalecimento da disciplina no país, se tornou professor de Geografia Física na Universidade de Harvard, onde lecionou entre 1885 e 1912 (Martin, 2005, p. 341).

Davis foi diretamente responsável pela criação da Association of American Geographers (AAG) em 1904, evento central para a profissionalização disciplinar porque marcava uma ruptura com o amadorismo das sociedades geográficas existentes até então. O nascimento da AAG foi acompanhado pelo surgimento, nos primeiros anos do século XX, de cursos de Geografia em importantes instituições, como é o caso das universidades de Harvard, da Pensilvânia e de Yale. Esse crescimento da Geografia acadêmica que começa a se verificar no início do século XX contrasta fortemente com o final do XIX, quando, segundo Geoffrey Martin (2005, p. 354), havia apenas cinco professores de Geografia nas universidades estadunidenses. É importante ressaltar também que o fato de que começaram a ser oferecidos cursos de Geografia em muitas instituições acadêmicas na primeira década do século XX não implicava, em muitos casos, a existência de departamentos de Geografia específicos, como atestam os casos de Harvard e Yale.

Apesar do pioneirismo de Davis em Harvard, foi na Universidade de Chicago que surgiu o primeiro departamento de Geografia do país, em 1903. A criação desse departamento foi consequência da atuação de Rollin Salisbury (1858-1922), que, como Davis, era geólogo de formação. A emergência do estudo dos problemas humanos pensados a partir das influências ambientais foi decisiva para o surgimento da Geografia nessa instituição (Pattison, 1981). Nas duas primeiras décadas do século XX, o crescimento da preocupação com a Geografia Humana foi fundamental para que a disciplina conquistasse condições de autonomia mínima em relação à Geologia.

As primeiras décadas do século XX foram marcadas pelas primeiras tentativas de definir o objeto da Geografia em terras estadunidenses, com grande destaque para a publicação da monumental obra de Ellen Churchill Semple (1863-1932), *Influences of Geographic Environment*, em 1911, e para alguns discursos presidenciais apresentados na AAG que procuravam delimitar o escopo da disciplina: Albert Perry Brigham (1915), Nevin Fenneman (1919), Charles Dryer (1920) e Harlan Barrows (1923). O esforço intelectual de Huntington está nesse contexto de disputa pela determinação de uma definição legítima do objeto da Geografia e de expansão da presença universitária da disciplina nos EUA que caracterizou sua busca de constituir condições de *autonomia relativa* (Bourdieu, 1968, p. 106) como campo disciplinar específico nas primeiras décadas do século XX. A consciência da incipiência da Geografia estadunidense em relação às tradições europeias mais consolidadas, especialmente alemãs e francesas, foi fundamental para o êxito de tal impulso no período.

## A trajetória de Ellsworth Huntington

Ellsworth Huntington publicou a maior parte de suas obras e artigos durante o período em que a Geografia consolidava a sua institucionalização acadêmica nos EUA. Seus posicionamentos epistemológicos que, como veremos, foram bastante influenciados pelo Darwinismo Social, contribuíram para a elaboração de uma controversa teoria geográfica da história que



levava em conta o papel do ambiente natural no desenvolvimento dos diversos povos, dos grupos raciais e da civilização como um todo.

Os primeiros anos da vida acadêmica de Huntington foram dedicados essencialmente ao estudo do clima e à busca de evidências das mudanças climáticas. Os temas climáticos são recorrentes em toda a sua obra e, muito frequentemente, a questão de sua eventual influência no processo civilizatório é o elemento unificador do equacionamento do problema geográfico da relação entre homem e meio em seus escritos. Entre as principais obras em que procurou tratar questões geográficas a partir desse problema, se destacam *The pulse of Asia* (1907), *World power and evolution* (1919) e *Civilization and climate* (1915/1924). O caso de *Civilization and climate*, a obra analisada neste artigo, é peculiar, porque ela teve duas edições, uma em 1915 e outra estendida, com muitos trechos reescritos, publicada em 1924. A versão de 1924 é a utilizada como referência, por apresentar de forma mais extensa e acabada o pensamento de Huntington do que a de 1915.

O interesse pelas relações entre homem e clima foi seguido, já na década de 1920, pela preocupação com o que o autor chamava de “caráter” dos povos e dos grupos raciais. Isso o levou a se aproximar de ideias claramente eugenistas. Seu interesse nesses temas ficou evidenciado em trabalhos como *The Character of Races* (1924), *Tomorrow's Children: The Goal of Eugenics* (1935) e *Mainsprings of Civilization* (1945), que foi sua última grande obra. A preocupação principal que atravessou toda a prolífica produção de Huntington é a questão da origem e da distribuição espacial da civilização. Esse problema foi tratado a partir de um modelo triádico que concebia o processo civilizatório como sendo determinado pelo amálgama entre herança biológica, ambiente físico (com grande ênfase no clima) e cultura. Essa tríade, que concilia seus interesses pela cultura com sua precoce paixão pelo estudo do clima e com as concepções eugenistas nas quais acreditava, é a base metodológica de sua teoria geográfica da história.

A instituição com a qual Huntington manteve ligações durante grande parte de sua vida foi a Universidade de Yale, onde começou a trabalhar em 1907, aceitando o posto de trabalho que lhe ofereceu Herbert Gregory, por intermédio de W. M. Davis, seu principal mentor intelectual. Foi nessa instituição que o geógrafo obteve seu título de doutor, em 1909. Ao chegar a New Haven, em 1907, Huntington se viu numa instituição que, embora extremamente prestigiosa, não tinha um departamento específico de Geografia. Os geógrafos que ali trabalhavam formavam uma parte minoritária do departamento de Geologia (Martin, 1973, p. 71). Gregory foi o principal responsável pela existência de um esforço geográfico no departamento de Geologia de Yale no início do século XX. Em 1909, quando ele abandonou o comando do departamento por questões de saúde e o passou para o paleontólogo e geólogo Charles Schuchert, a Geografia começaria a perder força na instituição. Com a reforma do currículo de Yale em 1911, o número de estudantes que escolhiam frequentar os cursos de Geografia diminuiu (Martin, 1973, p. 74).

Durante o primeiro período em Yale, entre 1907 e 1914, depois de publicar *The Pulse of Asia* em 1907, o geógrafo produziu um fluxo de artigos e escritos variados, além de ter sido eleito, pela primeira vez, vice-presidente da AAG em 1913. Nesse período, Huntington desenvolveu duas ideias que se tornaram muito associadas a suas pesquisas: a de que existem pulsações climáticas no tempo histórico (ou seja, de que as variações climáticas são relevantes no estudo da

escala temporal humana, e não apenas na história natural) e a noção de que existiria um “ótimo climático” para o homem, independentemente dos grupos raciais (Martin, 1973, p. 77).

Após encerrar a sua primeira passagem por Yale, Huntington, em 1918, trabalhou no exército estadunidense em virtude da entrada do país na Primeira Guerra Mundial. Os serviços governamentais envolveram 52 geógrafos em vários órgãos. A contribuição de Huntington se deu na Military Intelligence Division (Martin, 1973, p. 146). O geógrafo permaneceria trabalhando em Washington até o verão de 1919 e voltaria a trabalhar em Yale em setembro daquele ano (Martin, 1973, p. 150).

O período entre 1915 e 1919 é bastante importante na trajetória do autor. Ele publicou, em 1915, a primeira edição de *Civilization and climate*, obra que depois seria estendida e republicada em uma nova edição em 1924. Nessa obra, Huntington oferece o primeiro desenvolvimento sistemático mais completo de sua teoria do processo civilizatório baseada na tríade composta por herança biológica, cultura e clima. Em 1919, o geógrafo publica *World Power and Evolution*, que, em certa medida, é uma continuação do problema discutido em *Civilization and climate*. A década de 1920 também foi marcada pelo declínio da Geografia em Yale. Tal declínio acabou provocando, especialmente entre 1926 e 1929 – como mostra sua correspondência do período – uma crise entre Huntington e a instituição. O geógrafo reivindicava uma melhoria em seu status institucional dentro de Yale e a criação de um departamento de Geografia na universidade, empreitada na qual não obteve êxito.

Essa década foi também uma das mais produtivas em termos de publicações para a trajetória de Huntington. O geógrafo refinou a hipótese das variações climáticas em relação ao homem e elaborou sínteses mais desenvolvidas de sua teoria do processo civilizatório. Além de publicar, em 1924, a edição definitiva de *Civilization and climate* e a obra dedicada ao debate racial intitulada *The Character of Races*, Huntington publicou *The Pace of Progress* em 1926, *The Human Habitat* em 1927 e escreveu mais de 70 textos curtos, entre artigos e capítulos de livros. Foi nessa década que a ruptura definitiva com a Geologia e a afirmação da Geografia Humana como estratégia de delimitação da identidade disciplinar se consolidaram nos EUA. Nos anos 1920, as preocupações com a filosofia da história, as filiações com ideias eugenistas e as posturas epistemológicas darwinistas sociais começaram a ficar bastante claras na obra do geógrafo. No auge da repercussão de seu trabalho, Huntington foi eleito presidente da AAG para o ano de 1924 e, no discurso presidencial proferido em dezembro de 1923, intitulado “Geography and Natural Selection”, expôs aos membros da associação as concepções epistemológicas darwinistas sociais que estruturavam seu discurso geográfico, arrolando uma série de aplicações possíveis do conceito darwiniano de *seleção natural* na disciplina (Huntington, 1924a).

O autor manteve ligações com a Universidade de Yale até o fim de sua vida, contudo, a partir da década de 1930, seus esforços para criar um departamento de Geografia na instituição diminuíram consideravelmente. Vale notar que essa diminuição dos esforços foi concomitante com a consolidação da Geografia como disciplina acadêmica em outras universidades dos EUA. No entanto, é importante lembrar que quase todas essas outras universidades não tinham o prestígio e o capital simbólico associado a Yale. Isso reforça a hipótese de que a Geografia expandiu sua presença acadêmica nos EUA durante as décadas de 1920-30, mas, ao mesmo tempo,



manteve uma posição institucional frágil e dominada no conjunto das disciplinas que formavam o campo intelectual do país.

Na década de 1930, Huntington publicou *Tomorrow's Children: The Goal of Eugenics* (1935), livro que, na realidade, é um panfleto político de divulgação do movimento eugenista organizado didaticamente em forma de perguntas e respostas com o objetivo de atingir um público mais amplo. Essa adesão à eugenia é um desdobramento das afinidades epistemológicas com o Darwinismo Social, que o autor já mostrava desde o início de sua trajetória intelectual. A ênfase no papel das supostas diferenças biológicas inatas que, segundo as teses racistas endossadas por muitos cientistas sociais estadunidenses das primeiras décadas do século XX, explicariam as diferenças de comportamento entre os grupos étnicos, teve influência decisiva em toda a produção intelectual do geógrafo. Esse envolvimento com a eugenia o levaria a presidir a American Eugenics Society já no fim da vida, entre 1934 e 1938. Dois anos antes de sua morte, em 1945, Huntington ainda publicou sua obra derradeira, *Mainsprings of Civilization*, que sintetiza exaustivamente toda a teoria geográfica da civilização que desenvolvera desde o início do século XX.

### Os pressupostos epistemológicos de *Civilization and climate*

No prefácio à edição de 1915 de *Civilization and climate*, Huntington alega que a obra é um produto do que chama de “nova ciência da geografia”. Em seu entendimento, o objetivo dessa “nova” disciplina seria comparar a distribuição de elementos físicos e orgânicos para determinar o quanto os fenômenos vitais dependem do ambiente geográfico. O geógrafo acredita que entre os dados da realidade que devem ser mapeados, o “caráter humano expresso na civilização” é um dos elementos cuja distribuição espacial mais necessita de explicações. Para isso, Huntington diz que devem ser consideradas questões como a raça, a religião e as instituições de um lado e, de outro lado, a localização geográfica, os climas, os solos e as condições físicas em geral. Na cooperação entre esses vários fatores estaria a chave explicativa da distribuição espacial da civilização. Depois dessa breve definição do que considera ser o problema central da “nova” disciplina da Geografia, o autor diz que *Civilization and climate* é uma obra focada no estudo das relações entre aspectos humanos como os já mencionados e um aspecto físico específico – o clima –, com o objetivo de elucidar os mecanismos que afetam a distribuição da civilização na superfície terrestre (Huntington, 1915, p. V).<sup>3</sup>

No prefácio à edição estendida de 1924, ao sistematizar os pressupostos centrais que até então haviam delineado seu esforço intelectual, Huntington (1924b, p. XVI) afirma:

Na primeira edição a herança, o ambiente físico e a cultura eram reconhecidos como os três fatores principais na determinação da distribuição da civilização. O ambiente físico, é claro, foi tratado amplamente por ser o tema principal do livro. Suficiente foi dito sobre a cultura humana para mostrar que eu reconheço totalmente a sua importância, especialmente como uma explicação da diferença entre a América aborígine e o Velho Mundo. A herança, no entanto, foi negligenciada.

<sup>3</sup> A paginação em algarismos romanos é do prefácio, que difere da paginação do restante da obra nas edições de 1915 e 1924.

Na edição presente recebe uma boa ênfase, especialmente no primeiro capítulo, que é quase inteiramente novo.

E no primeiro capítulo da mesma edição, o geógrafo explicita as duas linhas de investigação que compõem o seu objeto de pesquisa:

Esse livro foi escrito porque duas linhas recentes de investigação aparentemente se combinam para explicar ao menos parte das contradições que têm se mostrado tão enigmáticas até então. Em primeiro lugar, um estudo prolongado das variações climáticas do passado e do presente levou à conclusão de que o clima do passado foi diferente do presente. [...] A segunda linha de investigação que originalmente levou à escrita desse livro foi um estudo das condições climáticas sob as quais os povos das raças européias tiveram condições de realizar mais trabalho e ter mais saúde. Essa investigação levou à conclusão de que o princípio do ótimo climático se aplica ao homem tanto quanto às plantas e animais. De acordo com esse princípio, cada espécie viva tem a melhor saúde e é mais ativa sob certas condições definidas de temperatura, umidade, movimento dos ventos, nebulosidade, variabilidade e luz solar, ou, mais exatamente, sob certas combinações dessas condições. Qualquer distanciamento das condições ótimas leva a um decréscimo da atividade e da eficiência (Huntington, 1924b, p. 5/6).

Na delimitação do objeto de estudo da Geografia apresentada por Huntington no início da obra, a epistemologia darwinista aparece como o quadro de referência fundamental. No prefácio da edição de 1915, ele fala em comparação das distribuições de elementos físicos e orgânicos para compreender a influência do ambiente geográfico nos “fenômenos vitais”. O “caráter humano expresso na civilização” aparece como o ponto culminante da evolução orgânica dos “fenômenos vitais” a serem investigados pela disciplina. A colocação do problema de estudo das relações entre fenômenos físicos e orgânicos por Huntington torna clara sua ideia de que a civilização humana e sua cultura são, na realidade, produtos de um processo progressivo de complexificação evolutiva dos “fenômenos vitais” da natureza.

Nas observações do prefácio à edição de 1924, ao afirmar que a herança, o ambiente físico e a cultura são os “três fatores principais na determinação da distribuição da civilização”, Huntington replica, em grande medida, o problema do estudo das relações entre organismo e ambiente, que esteve no cerne das preocupações de pesquisa de Darwin e da Biologia em todo o século XIX. A transferência de características herdadas, tema clássico do debate darwinista, é pensada por Huntington tanto no sentido biológico como no sentido cultural e comportamental. O ambiente físico, que também teve um papel decisivo no debate sobre modificações na estrutura interna dos organismos e que se tornou o centro da querela entre os darwinistas ortodoxos e os chamados “neolamarckistas”, teve seu papel ressaltado e um apelo especial pelo fato de que a tradição geográfica que já vinha desde os românticos alemães salientava a importância da compreensão das relações entre homem e meio. A fertilização cruzada dos debates darwinistas sobre a herança biológica e dos debates ecológicos sobre a relação organismo-ambiente

com a tradição geográfica de preocupação com o estudo da relação homem-meio dá a essa formulação de Huntington o amálgama de linhas de pensamento distintas que fundamenta suas posturas epistemológicas.

O terceiro elemento arrolado por Huntington como determinante na distribuição da civilização, que é a cultura, mostra que sua concepção não é apenas darwinista, mas, sobretudo, darwinista social. O geógrafo aposta numa interdependência estrita entre a cultura, a herança e o ambiente físico como princípio de método para explicar o processo civilizatório. Essa interdependência é patente no tom confuso e ambíguo com que Huntington emprega o termo “herança”, que pode ser entendido tanto no sentido biológico mais duro, de transferência de características orgânicas de alguns indivíduos para outros, como no sentido de uma herança psicológica e comportamental que perpetuaria a cultura.

O Darwinismo Social é entendido aqui com base na conceituação fornecida por Mike Hawkins (1998), que distinguia o Darwinismo do Darwinismo Social, mas, ao mesmo tempo, ressaltava a reciprocidade entre eles. Segundo Hawkins, o Darwinismo seria uma visão de mundo estruturada em torno de quatro asserções básicas: a ideia de que a totalidade da natureza orgânica, incluindo os seres humanos, é governada por leis biológicas; a noção malthusiana de que a pressão do crescimento populacional sobre os recursos gera uma luta pela existência entre organismos; o pressuposto de que os traços físicos e mentais que conferem uma vantagem nessa luta podem, pela herança, espalhar-se por uma dada população e a assunção de que os efeitos cumulativos da seleção natural e da herança concorrem decisivamente para a emergência de novas espécies e a eliminação de outras. A passagem de uma visão darwinista para uma visão darwinista social envolveria, em seu entendimento, a agregação de uma quinta asserção: a ideia de que o determinismo científico imposto pelas quatro primeiras vale não apenas para as propriedades físicas dos seres humanos, mas também para sua existência social e seus atributos psicológicos que têm papel fundamental na moldagem de elementos decisivos para a vida social, como é o caso da razão, da religião e da moralidade (Hawkins, 1998, p. 30-31).

O foco de *Civilization and climate*, que é a tentativa de demonstrar como o clima, um dos principais elementos do ambiente físico, poderia interferir no processo que levou as raças europeias a realizarem “mais trabalho” e a terem “mais saúde”, revela o atravessamento de concepções biológicas evolucionistas e de juízos morais que caracteriza o pensamento de Huntington. A capacidade de gerar excedente econômico é colocada em paralelo com a condição biológica de ter “mais saúde” para hierarquizar a posição das raças europeias em relação a outros grupos étnicos. A propensão para a realização de “mais trabalho” encontra respaldo explicativo na noção de que as raças humanas supostamente herdariam, por transferência biológica, certas atitudes psicológicas que favoreceriam ou não o progresso na dominação da natureza. Essa formulação de Huntington aglutina a tríade que caracteriza sua teoria do processo civilizatório: a herança, por enfatizar o papel da diferença de comportamento inata das raças europeias em relação a outras raças, o ambiente físico, por sugerir que certos climas são mais propícios ao surgimento de indivíduos que realizem “mais trabalho”, e a cultura, por propor que diferenças comportamentais estão diretamente ligadas à herança e ao ambiente.

A tripartição metodológica do objeto de estudo da Geografia proposta por Huntington aglutina a tensão, abordada detalhadamente por Carl Degler (1991), entre as explicações naturalistas calcadas no Darwinismo e as explicações mais centradas na cultura e no processo de socialização que marcou as Ciências Sociais nos EUA nas três primeiras décadas do século XX. Em virtude da especificidade dos problemas epistemológicos com que lidava a Geografia, essa tensão acabou tendo um efeito bastante produtivo, porque a concepção clássica da disciplina como o estudo da relação homem-meio, herdada das tradições do século XIX, já colocava antecipadamente o problema da tensão entre o naturalismo e o antropocentrismo. Tal como expresso na engenhosa elaboração metodológica de Huntington, o Darwinismo Social trouxe à tona, no pensamento geográfico do início do século XX, um problema mais antigo com uma roupagem epistemológica diferente.

### **O mapa de “distribuição da civilização”**

A obra *Civilization and climate* ficou conhecida pelo mapa de “distribuição da civilização” que Huntington elaborou para sua publicação. Ele conta que, para pôr em prática essa empreitada, em 1913, endereçou uma carta a pessoas de 27 países das mais variadas partes do mundo, incluindo geógrafos, etnólogos, historiadores, homens de negócios, funcionários coloniais, viajantes e educadores. Na carta, integralmente transcrita num dos capítulos da obra, o geógrafo fala de seu objetivo de preparar um mapa mostrando a distribuição geográfica das características que geralmente são mais reconhecidas como indicadoras do patamar de civilização de uma região. Entre essas características, há expressões vagas como “poder de iniciativa”, “capacidade de formular novas ideias”, “poder de autocontrole”, “altos padrões de honestidade e moralidade” e “poder para liderar e controlar outras raças” (Huntington, 1924b, p. 241-242).

Huntington solicitou aos encarregados de responderem a carta que dividissem a lista das regiões do mundo que a acompanhava em dez grupos em uma escala de 0 a 10 em que o grupo 10 incluiria regiões de “caráter muito avançado”, que são as regiões onde as características já mencionadas seriam encontradas em alto grau, e o grupo 1, o mais baixo, que incluiria as regiões onde os aspectos indicadores de civilização ocorreriam em nível mais baixo. O geógrafo disse aos destinatários da carta que o mapa que seria elaborado com base nas respostas ao questionário visava clarificar, nas discussões geográficas, históricas, sociológicas e econômicas, a ênfase nas qualidades morais e mentais que dominam a civilização, presente nas várias nações do mundo. Além disso, segundo o autor, a empreitada buscava determinar de maneira mais satisfatória o quanto essas qualidades morais e mentais são influenciadas pelo ambiente físico, pela raça, pelo desenvolvimento, pelas variações biológicas e por outras causas (Huntington, 1924b, p. 242-243).

O autor dividiu o mundo em 185 regiões, que deveriam ser distribuídas hierarquicamente nos 10 grupos. Segundo as regras que estabeleceu, cada grupo não deveria conter menos de 15 nem mais de 25 regiões (Huntington, 1924b, p. 243). Após o envio da carta com a solicitação, Huntington recebeu respostas de 137 pessoas. Entre as pessoas que não responderam a carta, a maioria esmagadora não era estadunidense. Entre os destinatários estadunidenses e ingleses, 90% a responderam. Da totalidade dos respondentes, cerca de

apenas um terço fez as classificações conforme o método sugerido por Huntington. O geógrafo ressalta que, além das classificações enviadas por uma parte dos respondentes, também recebeu cartas de grande valor que continham sugestões para a elaboração do mapa. Entre as cartas de retorno, estavam as de pessoas que não contribuíram com a classificação, mas que procuraram explicar suas razões e sugeriram formas pelas quais o autor poderia melhorar sua empreitada (Huntington, 1924b, p. 247).

No arquivo do geógrafo, foram encontradas algumas cartas referentes à elaboração do mapa de *Civilization and climate*, tanto daqueles que responderam ao questionário quanto daqueles que não o fizeram. Isso mostra a variedade de reações de outros intelectuais, de dentro e de fora da disciplina, à proposta de classificação quantitativa do grau de civilização das áreas do mundo elaborada por Huntington. Essa variedade é sintomática da mescla de aceitação e resistência que caracterizou a recepção de sua obra. Analisamos algumas dessas cartas para entender melhor os termos e as justificativas de tais adesões ou resistências.

No caso dos geógrafos, foram encontradas cartas com respostas de J. A. Herbertson, Hiram Bingham, Harlan Barrows, Walter S. Tower, Ray Whitbeck, Mark Jefferson, Richard Elwood Dodge, Martha Krug Genthe, J. Russell Smith.

Herbertson, que lecionava na School of Geography, da Universidade de Oxford, e foi um dos principais nomes da Geografia britânica do início do século XX, justificou sua decisão de não colaborar com a classificação das regiões do mundo. Alegou que, quanto mais olhava para a grande lista de lugares que o geógrafo estadunidense gostaria que fossem classificados de acordo com o padrão de civilização, mais se sentia incapaz de fazer algo satisfatório.

Hiram Bingham que, em 1913, quando o questionário foi enviado, lecionava junto com Huntington em Yale, também enviou uma carta justificando sua não participação na proposta de classificação. Bingham disse que duvidava do “valor de um mapa baseado em nada mais do que nas opiniões de alguns dos mais altamente competentes geógrafos gerais e antropólogos” e que uma “média dos palpites feitos por homens bastante inteligentes realmente não leva a lugar nenhum”.

A recusa a responder ao questionário também aparece nas respostas de Harlan Barrows e Walter S. Tower, ambos, à época, professores em Chicago. Barrows disse que lhe seria impossível fazer um estudo que permitisse responder ao questionário e que qualquer classificação que enviasse teria pouco valor. Além de recusar o pedido, Tower também ressaltou a dificuldade imposta pela magnitude da tarefa proposta por Huntington afirmando que muitos erros poderiam entrar no trabalho e que, independentemente de quanto esforço o geógrafo fizesse, era “mais ou menos certo” que os resultados seriam “insatisfatórios”. No caso da carta de Tower, há uma ambiguidade maior em relação ao esforço de Huntington, pois, ao mesmo tempo em que se mostra cético com abrangência da empreitada, reconhece o grande valor da possibilidade de que algo como o mapa de civilização fosse feito com “precisão efetiva”.

Richard Elwood Dodge, que lecionava no departamento de Geografia do Teachers College da Universidade de Columbia, também respondeu justificando sua não participação no questionário. Ele questiona a dificuldade de definir objetivamente os elementos que revelariam a existência de um grau mais ou menos avançado de civilização. O número de cartas de geógrafos que não quiseram responder ao questionário de Huntington é significativo, e o



padrão argumentativo das recusas é bastante claro. Os traços mais marcantes desse padrão são a assunção de incapacidade para classificar as regiões do mundo e o questionamento da validade do método e dos pressupostos da classificação de Huntington, como fica claro nas respostas de Herbertson, Bingham, Barrows, Tower e Dodge.

Entre os geógrafos que aceitaram participar da classificação, foram encontradas as cartas de Ray Whitbeck, Mark Jefferson, J. Russell Smith e Martha Krug Genthe. No caso de Whitbeck e de Jefferson, as respostas foram curtas, resumindo-se a pontuar que ambos fizeram a classificação, mas que também tiveram dificuldades. Genthe comentou que, além de ter dificuldades na hora de classificar as áreas de níveis mais baixos, temia ter sido mais influenciada por considerações meramente geográficas do que pelas considerações culturais que Huntington parecia preferir como critério classificatório. Já Smith, que trabalhava na Universidade da Pensilvânia, embora tenha participado e enviado a classificação, disse que ficou com a sensação de “despotismo tirânico” ao decidir se colocaria um país no grupo “bárbaro”, “semibárbaro” ou “selvagem”.

Mesmo os geógrafos que aceitaram enviar respostas para a classificação do mapa de civilização o fizeram com certa resistência e ceticismo, mas é possível notar que existe, tanto da parte dos que participaram da classificação quanto da dos que não participaram, uma ambiguidade em relação ao esforço de Huntington. Ainda que vissem a elaboração do mapa e seus pressupostos metodológicos com muito ceticismo, os geógrafos que se comunicaram com o autor de *Civilization and climate* tinham certo reconhecimento pela importância do esforço de síntese em Geografia Geral que Huntington realizava.

Entre os não geógrafos, foram encontradas cartas de antropólogos importantes do início do século XX como Franz Boas, Alfred Kroeber, Robert Lowie e Roland Dixon, além do economista e antropólogo William Ripley. Nenhum desses cientistas sociais aceitou fazer a classificação proposta por Huntington. Boas, que à época era um dos cientistas sociais mais importantes do país e que lecionava na Universidade de Columbia, justificou seu posicionamento fazendo menção ao problema da subjetividade envolvida na hierarquização de povos e culturas:

Em meus estudos antropológicos, tenho procurado seguir os mesmos princípios estabelecidos para as ciências naturais; e a primeira condição de progresso é, portanto, eliminar o elemento do valor subjetivo; não que eu deseje negar que existem valores, mas parece-me necessário eliminar a combinação peculiar entre o desenvolvimento de formas culturais e a intrusão da ideia da nossa avaliação de seu valor, que nada tem a ver com essas formas (Franz Boas, 5 nov. 1913, tradução nossa).

Dito isso, Boas prossegue e, no desfecho da breve carta, afirma que, ao fazer o mapa, Huntington obteria apenas uma agregação de valores subjetivos que poderiam, em si mesmos, ser objeto de estudos interessantes, mas que não dariam nenhuma resposta à questão que o geógrafo tentava responder. A tensão entre a posição relativista e culturalista de Boas e a crença de Huntington na possibilidade de mensuração objetiva do patamar civilizatório das partes do mundo impediu que o antropólogo aceitasse como legítima a forma de classificação proposta pelo geógrafo.

Outro momento importante dessa divergência epistemológica entre a abordagem de Huntington e as posturas teóricas dos antropólogos está na carta de resposta de Alfred Kroeber,



um discípulo direto de Boas que lecionava, à época, na Universidade da Califórnia. Kroeber defende que as causas últimas de qualquer fenômeno histórico-social são intrinsecamente humanas, o que o faz minimizar o papel da biologia e do ambiente e o coloca, assim, em oposição à abordagem de Huntington.

Robert Lowie, que lecionava Antropologia no American Museum of Natural History, declinou do pedido de forma breve dizendo que se considerava leigo para fazer a classificação. William Ripley, que lecionava no departamento de Economia de Harvard, disse que a proposta de Huntington não encerrava nenhuma possibilidade de chegar a “resultados científicos” e que aplicar o “método geográfico a uma compilação de estatísticas e generalizações frouxas” poderia levar a grandes erros. Roland Dixon, antropólogo que também lecionava em Harvard, foi talvez o cientista social que fez as críticas mais duras à proposta de Huntington:

Parece-me que você está tentando fazer uma coisa que é, essencialmente, impossível, e que um mapa baseado em julgamentos do tipo que você pede não poderia ter nenhum valor real. Em primeiro lugar, é difícil avaliar os elementos a julgar. Em segundo lugar, não consigo ver que valor pode advir da opinião média de muitas pessoas sobre regiões sobre as quais elas nada sabem. Em terceiro lugar, seu esquema exclui inteiramente os numerosos outros fatores além do ambiente. Não se levam em conta o tempo, a mudança de ambiente etc., que são elementos do problema complexo a ser resolvido (Roland Dixon, 9 nov. 1913, tradução nossa).

Dixon entende que o trabalho de Huntington é baseado em um determinismo ambiental estreito e, assim como na crítica de Kroeber, tende a ver na proposta do geógrafo uma negligência com os fatores não ambientais. A resistência dos antropólogos ao método de Huntington para classificar quantitativamente o padrão de civilização das áreas do mundo reflete, em grande medida, a já mencionada tensão entre as explicações com forte peso da biologia e do ambiente, típicas do Darwinismo Social, e as explicações culturalistas, que abordam os aspectos humanos e sociais da realidade em função da própria cultura, sem recorrer a aspectos racial-biológicos. A separação metodológica e ontológica entre cultura e natureza, que começava a se fortalecer na Antropologia estadunidense do início do século XX era incompatível com as posturas epistemológicas de Huntington.

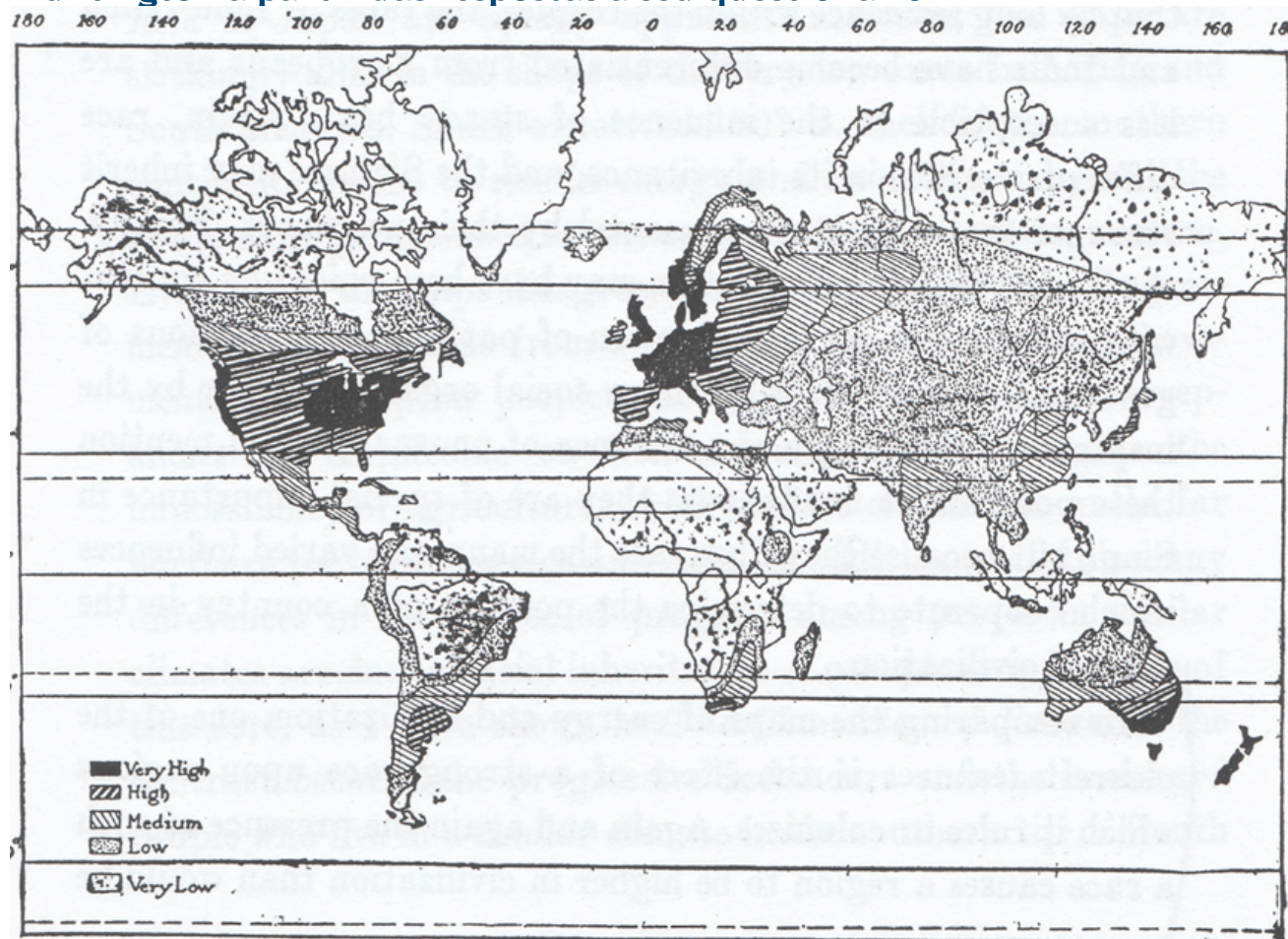
Na obra, o geógrafo reconhece a força das críticas que recebeu, mas, mesmo assim, mantém sua posição de que os aspectos em que se baseou para definir a civilização têm abrangência mundial e certa objetividade. Para afastar a acusação de etnocentrismo, Huntington argumenta que as características que considerava indicadoras de um grau elevado de civilização também se verificaram no passado em muitos povos não europeus (Huntington, 1924b, p. 254-256).

Respondendo às críticas, o geógrafo explica no livro o procedimento que seguiu para organizar as 50 contribuições cujas classificações foram feitas de acordo com os quesitos do questionário. Como predominassem contribuições vindas dos EUA, decidiu dividi-las todas em cinco grupos: o estadunidense, que mandou 25 contribuições; o britânico, que mandou sete; o dos europeus germânicos, também com sete; o dos europeus latinos, que mandou seis; e o dos asiáticos, que mandou cinco. Para evitar desigualdades de peso no resultado decorrentes do

número de contribuições diferentes de cada grupo no cálculo da média do índice de civilização de cada país, tirou a média de cada um dos grupos, e todos tiveram o mesmo peso na elaboração da média geral. Huntington justifica esse procedimento dizendo que todos são afetados por preconceitos e tendem a colocar sua região de origem num número mais alto do que o correto. Argumenta que, ao dar o mesmo peso a cinco grupos diferentes que são animados por ideais também diferentes, neutralizaria o efeito do preconceito racial (Huntington, 1924b, p. 256).

O resultado dos mapas elaborados com base na classificação dos respondentes da carta de Huntington mostra claramente que havia uma percepção compartilhada de que as áreas de maior concentração urbano-industrial de países ocidentais com grande peso geopolítico como os EUA, a França, a Alemanha e a Inglaterra teriam um índice mais alto de “civilização”. Invariavelmente, as regiões mais importantes desses países foram classificadas acima de 9 na escala de 0 a 10 proposta na carta. Essas regiões contrastam com os indicadores mais baixos, que se atribuíram aos países da América Latina, da África e da Ásia (com exceção do Japão) (Figura 1). Essas três grandes áreas do globo aparecem sempre classificadas num nível de civilização “médio”, “baixo” ou “muito baixo”.

**Figura 1 – Mapa mundial de distribuição da civilização elaborado por Huntington a partir das respostas a seu questionário**



fonte: Huntington (1924b, p. 295).

Certamente, essa avaliação positiva das regiões mais ricas da Europa Ocidental e dos EUA tem relação direta com a realidade geopolítica que caracterizou a Era dos Impérios.<sup>4</sup> A articulação entre as questões imperiais em que estavam envolvidos os países de língua inglesa no período e o conhecimento geográfico dirigido ao debate sobre o clima são fundamentais. David Livingstone (2008[1992], p. 221) sustenta que a discussão dos geógrafos sobre questões climáticas ao longo do final do século XIX e do início do XX estava profundamente inserida na problemática imperial e foi frequentemente conduzida a partir do que ele chama de “linguagem diagnóstica do julgamento étnico”. Ao fundir sua preocupação com a origem e a distribuição da civilização com a busca da determinação das características de um clima “ideal”, que favorecesse a “energia” e a “atividade” dos homens, Huntington é um arquétipo dessa articulação entre discussão climatológica e linguagem diagnóstica do julgamento étnico.

Além de todo o esforço para elaborar uma teoria geográfica da história epistemologicamente fundamentada nos debates darwinistas sobre a relação organismo-ambiente e no pensamento racial que essencializava certos elementos comportamentais dos grupos humanos como supostamente derivados da herança biológica, o pensamento de Huntington, tal como expresso na obra analisada aqui, sustenta um conceito bastante particular de “civilização”. A ideia de uma situação de desigualdade evolutiva entre a Europa e os EUA, de um lado, e o resto do mundo, de outro, é corroborada pelo uso daquilo que Norbert Elias (2011[1939], p. 23) entende ser a função geral do conceito de civilização (“a consciência que o Ocidente tem de si mesmo”). Ao se misturar com a necessidade imperial de demarcar uma diferença hierárquica entre o Ocidente e o resto e com uma preocupação com a fundamentação geográfica de uma teoria da história, a filosofia darwinista social, com sua abrangência spenceriana, que levou ao surgimento de uma ideia de “evolução universal”, é a grande matriz teórica que sustenta todo o discurso científico de *Civilization and climate*.

## Referências

- BARROWS, H. Geography as Human Ecology. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 13, n. 1, p. 1-14, 1923.
- BERDOULAY, V. A abordagem contextual. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro: UERJ, n. 16, p. 47-56, 2003[1981].
- BOURDIEU, P. Campo intelectual e projeto criador. In: POUILLON, J. (Org.). **Problemas do estruturalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 105-145.
- BRIGHAM, A. P. Problems of Geographic Influence. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 5, p. 3-25, 1915.
- CAPEL, H. **Filosofía y ciencia en la Geografía contemporánea**. Barcelona: Serbal, 2012[1981].
- DEGLER, C. **In Search of Human Nature: The Decline and Revival of Darwinism in American Social Thought**. New York/Oxford: Oxford University Press, 1991.

<sup>4</sup> Para usar a expressão de Eric Hobsbawm (2010[1988]).

- DRYER, C. The Development of Geographic Sense and Concept. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 10, p. 3-16, 1920.
- ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011[1939]. v. 1: Uma história dos costumes.
- FENNEMAN, N. The Circumference of Geography. **Geographical Review**, v. 7, n. 3, p. 168-175, 1919.
- HAWKINS, M. **Social Darwinism in European and American Thought (1860-1945): Nature as a Model and Nature as a Threat**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- HERBST, J. Social Darwinism and the History of American Geography. **Proceedings of the American Philosophical Society**, v. 105, n. 6, 538-544, 1961.
- HOBBSAWN, E. **Era dos impérios (1875-1914)**. São Paulo: Paz e Terra, 2010[1988].
- HUNTINGTON, E. **Tomorrow's Children: The Goal of Eugenics**. New York/London: John Wiley/Chapman & Hall, 1935.
- HUNTINGTON, E. Geography and Natural Selection: A Preliminary Study of the Origin and Development of Racial Character. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 14, n. 1, p. 1-16, 1924a.
- HUNTINGTON, E. **Civilization and Climate**. 3rd ed. New Haven, CT: Yale University Press, 1924b.
- HUNTINGTON, E. **World Power and Evolution**. New Haven, CT: Yale University Press, 1919.
- HUNTINGTON, E. **Civilization and Climate**. New Haven, CT: Yale University Press, 1915.
- LIVINGSTONE, D. **The Geographical Tradition**. Malden/Oxford: Blackwell, 2008[1992].
- MARTIN, G. **All Possible Worlds: A History of Geographical Ideas**. New York/Oxford: Oxford University Press, 2005.
- MARTIN, G. **Ellsworth Huntington: His Life and Thought**. Hamden, CT: Archon, 1973.
- PATTISON, W. Rollin Salisbury and the Establishment of Geography at the University of Chicago. In: BLOUET, B. (Org.). **Origins of Academic Geography in the United States**. Hamden, CT: Archon, 1981. p.151-163.
- PEET, R. Social Origins of Environmental Determinism. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 75, n. 3, p. 309-333, 1985.
- SCHULTEN, S. **The Geographical Imagination in America (1880-1950)**. Chicago: University of Chicago Press, 2001.
- SEMPLER, E. **Influences of Geographic Environment: On the Basis of Ratzel's System of Anthro-Geography**. New York/London: Henry Holt/Constable, 1911.



STODDART, D. Darwin's Influence in the Development of Geography in the United States, 1859-1914. In: BLOUET, B. (Org.). **The Origins of Academic Geography in the United States**. Hamden, CT: Archon, 1981. p. 265-278.

STODDART, D. Darwin's Impact on Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 56, n. 4, p. 683-698, 1966.

## Documentos

Alfred Kroeber a Ellsworth Huntington, 6 dez. 1913. Huntington Papers, Series IV, Box 6, Folder 34.

Franz Boas a Ellsworth Huntington, 5 nov. 1913. Huntington Papers, Series IV, Box 6, Folder 34.

Harlan Barrows a Ellsworth Huntington, 14 nov. 1913. Huntington Papers, Series V, Box 10, Folder 71.

Hiram Bingham a Ellsworth Huntington, 8 nov. 1913. Huntington Papers, Series V, Box 10, Folder 71.

Huntington Papers – consultados na Sterling Memorial Library, na Universidade de Yale (EUA)

J. A. Herbertson a Ellsworth Huntington, 10 fev. 1914. Huntington Papers, Series V, Box 10, Folder 41.

J. Russell Smith a Ellsworth Huntington, 3 jul. 1914. Huntington Papers, Series IV, Box 6, Folder 34.

Mark Jefferson a Ellsworth Huntington, 4 nov. 1913. Huntington Papers, Series IV, Box 6, Folder 34.

Martha Krug Genthe a Ellsworth Huntington, 23 fev. 1914. Huntington Papers, Series IV, Box 6, Folder 34.

Ray Whitbeck a Ellsworth Huntington, 4 nov. 1913. Huntington Papers, Series V, Box 10, Folder 71.

Richard Elwood Dodge a Ellsworth Huntington, 14 nov. 1913. Huntington Papers, Series IV, Box 6, Folder 34.

Robert Lowie a Ellsworth Huntington, 6 nov. 1913. Huntington Papers, Series V, Box 10, Folder 71.

Roland Dixon a Ellsworth Huntington, 9 nov. 1913. Huntington Papers, Series IV, Box 6, Folder 34.

Walter S. Tower a Ellsworth Huntington, 8 nov. 1913. Huntington Papers, Series V, Box 10, Folder 71.

William Ripley a Ellsworth Huntington, 3 nov. 1913. Huntington Papers, Series IV, Box 6, Folder 34.